

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi



série
Ciências Humanas
v. 1, n. 2
maio-ago. 2005

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Série CIÊNCIAS HUMANAS

GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia

Sergio Machado Rezende

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretora

Ima Célia Guimarães Vieira

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação

Nilson Gabas Júnior

Coordenador de Comunicação e Extensão

Nelson Sanjad

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO / EDITORIAL BOARD

Presidente

Nilson Gabas Júnior

Editores Associados

Lourdes Gonçalves Furtado (Antropologia)

Maura Imázio da Silveira (Arqueologia)

Ana Vilacy Galucio (Linguística)

Editora Assistente

Angela Botelho

Designer

Andréa Pinheiro

Estagiárias

Karla Barros

Sidia Reis

Bolsista

Kleber Romano

Projeto Gráfico e Capa

Andréa Pinheiro

Editoração Eletrônica

Andréa Pinheiro

Revisão

Karla Barros

Normalização/Ficha Catalográfica

CID-Coordenação de Informação e Documentação

Sidia Reis

Colaboração

Angela Pizzani

Impressão

Gráfica Destaque-se

CONSELHO CIENTÍFICO / SCIENTIFIC BOARD

ANTROPOLOGIA / ANTHROPOLOGY

Adélia Engrácia de Oliveira - Museu Paraense Emílio Goeldi

Lux Boelitz Vidal - Universidade de São Paulo

Roberto Cardoso de Oliveira - Universidade de Campinas

Roberto da Matta - Museu Nacional

ARQUEOLOGIA / ARCHAEOLOGY

Anna Roosevelt - University of Illinois-Chicago/
Field Museum of Natural History

Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia (USP)

James Petersen - University of Vermont

Michael J. Heckenberger - University of Florida (Gainesville)

Tânia Andrade Lima - Museu Nacional/UFRJ

Walter Alves Neves - Universidade de São Paulo

LINGÜÍSTICA / LINGUISTICS

Bruna Franchetto - Museu Nacional/UFRJ

Eduardo Rivail Ribeiro - Universidade Federal de Goiás

Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas

Mily Crevels - Leiden University

Nora C. England - University of Texas (Austin)

Ministério da Ciência e Tecnologia
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi





Av. Magalhães Barata, 376 (São Braz)
Caixa Postal 399, CEP 66.040-170 – Belém – Pará – Brasil
Fones: (55-91) 3219-3317. Fax: (55-91) 3249-0466
<http://www.museu-goeldi.br>
Submissão de trabalhos: editora@museu-goeldi.br
Aquisição: mgdoc@museu-goeldi.br

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi fundado por Emílio Goeldi e o seu Tomo I surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was founded by Emilio Goeldi, and the first volume was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

DENOMINAÇÕES DO PERIÓDICO

Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98.-Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902.-Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia de 1906-1914.-Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia em 1933.-Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 1949-2002 em quatro séries: Antropologia, Botânica, Ciências da Terra e Zoologia.-Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi em duas séries (Ciências Naturais e Ciências Humanas) a partir de 2005. Este título incorporou a série Antropologia encerrada no v. 18, n. 2, ano 2002.

INDEXADORES

Biblioteca Nacional; Escola Nacional de Saúde Pública; CAB International; C. Tissot Institut Français; IAPT-International Association for Plant Taxonomy; The Zoological Record. Society of Zoology; Elsevier Science Publishers Ltd./GEO Abstracts; Bioscience Environmental Service; Dawson France; Environmental Abstracts; Europa Publications United; Institut de Information Cientifique Technique; Library of Congress Office. Brazil; R. R. Brower the Information Company; IRD-Institut de Recherche pour le Développement (ex ORSTOM); Universidad Nacional Autonoma de Mexico/Centro de Información Científica y Humanista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP / Coordenação de Informação e Documentação / MPEG

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas, 2005. – Belém: MPEG, 2005. – v. 1, n. 2, 306 p., il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

ISSN 1807-5398

1. Ciências Humanas 2. Antropologia 3. Arqueologia 4. Linguística.

CDD 300

ANTROPOLOGIA



Ciência e Modernização: A Recepção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica na Imprensa Carioca¹

Science and Modernization: the Reception of the International Hiléia Amazônica Institute in the Carioca Press

Sabrina Marques Parracho Sant'Ana²

Resumo: Em 1946, na Primeira Reunião Preparatória da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), ouviu-se falar, pela primeira vez, no Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Proposta da delegação brasileira apresentada por Paulo Carneiro, o Instituto propunha-se a reunir os cientistas dos mais diferentes países em torno de pesquisas nas florestas tropicais da América Latina. Contudo, o projeto criado em nome da cooperação internacional encontra na Câmara brasileira a resistência de atores que, de antemão, haviam construído planos de intervenção sobre a Amazônia. A polêmica criada na Câmara repercutiu nos mais diversos setores da opinião pública, recebendo as mais diversas interpretações. A questão que é posta neste artigo é, a saber, de que modo o projeto do Instituto insere-se em diferentes sistemas interpretativos da imprensa carioca, orientando tomadas de posição positivas ou negativas em relação ao projeto de Paulo Carneiro. Para resolver o problema colocado, foram coletados da imprensa da época discursos que permitissem uma interpretação comparativa, sendo privilegiados periódicos distintos: de um lado, o *Correio da Manhã*, de outro, a *Revista do Clube Militar*.

Palavras-Chave: IIHA. Unesco. Ciência. Modernização.

Abstract: In 1946, during the First Meeting to Establish United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), the name of the International Institute of Hylean Amazon (IIHA) was first brought forward. The institute was proposed by the Brazilian delegation. Presented by Paulo Carneiro, it aimed to congregate the scientists from many different countries in order to increase knowledge about Latin America tropical forests. However the project created to achieve international cooperation finds resistance in the Brazilian congress. The politicians had already other plans for the Amazon forest. The aim of this essay is to understand how the IIHA project was received by different interpretative systems, influencing decisions concerning the Paulo Carneiro Institute. To solve this problem, press speeches were analyzed and two different publications were compared, namely, *The Correio da Manhã* and *The Clube Militar* journal.

Key Words: IIHA. Unesco. Science. Modernization.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa realizada entre maio de 2000 e março de 2002, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, sob orientação de Heloisa Maria Bertol Domingues. Insere-se no projeto de cooperação internacional (CNPq-CNRS) coordenado pela orientadora e por Patrick Petitjean (CNRS): *A Divisão de Ciências Naturais da Unesco e o Brasil: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*.

² Mestre em sociologia com ênfase em antropologia e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rua Pe. Achatéguí, 65/1301 - Leblon - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.430-090 (saparracho@gmail.com).

Em 1946, em Conferência da Comissão preparatória da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Paulo Carneiro, representante do Brasil na reunião, apresentava o projeto de criação de uma entidade internacional que, sob o rótulo universal da ciência, reunir-se-ia nas míticas florestas tropicais da América do Sul: tratava-se do projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA).

A criação da ONU, imediatamente posterior ao fim da II Guerra (1946), traz em seu bojo uma série de iniciativas que visavam à "reconstrução da paz mundial". Era criada uma instituição de mediação multilateral para intervir nos conflitos de caráter internacional. Do mesmo modo, era papel da instituição criar um ambiente propício à boa convivência entre os povos. A descrença nas instituições democráticas que no momento anterior havia levado à série de regimes totalitários, era agora apontada como responsável por todas as mazelas do mundo, assim, era papel da ONU repudiá-la em nome de instituições democrático-liberais. Desta forma, a Unesco coloca-se como instituição para educação e cultura, difundindo os "ideais de civilização".

Uma vez proposto à Unesco, o Instituto apresentava-se como projeto que visava à solidariedade entre os povos e à possibilidade de cooperação internacional num tenso período de pós-guerra. O intercâmbio intelectual parecia o único caminho viável para alcançar a paz num mundo permeado pela radicalidade de interesses nacionais divergentes (DOMINGUES; PETITJEAN, 2000, 2001).

Se a Unesco apresentava-se como unidade de cooperação isenta de interesses nacionais, ingressar na recém-criada organização passava a significar pertencimento à nova ordem mundial, consolidando o lugar do Brasil como nova nação democrática que emerge ao fim do Estado Novo. Tornava-se necessário criar um espaço brasileiro neste concerto das nações, sem, no entanto, deixar de levar em consideração as especificidades do país. Assim é que a Amazônia, *locus*

do desconhecido, impõe-se como objeto capaz de catalisar esforços, aludindo à necessidade de compreensão e ocupação de um território tido ora como inferno, ora como paraíso verde.

Vale, contudo, notar que se tratava de despertar a curiosidade universal, sem que se pusesse em dúvida o ideário de imparcialidade científica. Tratava-se de acreditar na viabilidade de um projeto internacional que poderia trazer benefícios, indistintamente, a todas as partes envolvidas. Não se discutia, de modo algum, a clássica separação weberiana entre ciência e política como vocações distintas; quaisquer que fossem as aplicações práticas dadas às pesquisas do Instituto, elas em nada estariam relacionadas ao papel efetivo dos cientistas. Como publicou o Correio da Manhã de 27 de maio de 1948, "*Os cientistas do Instituto vão fazer ciência pura, vão estudar a Amazônia para que a Amazônia se revele, se entregue ao homem. A 'ciência aplicada' que poderá sair daí, os resultados que poderão auferir do trabalho do instituto (...) depende de cada um desses países.*" Pautada num discurso de imparcialidade absoluta que primava pela razão pura e por um conceito de ciência como desvelamento, a proposta do Instituto apresentava-se como possibilidade, um conhecimento que se traduziria em cooperação supranacional.

Não quero dizer aqui que não se levasse em conta a potencialidade de uma intervenção prática no dado conhecido, mas que as representações dos atores envolvidos residiam na crença de que o fim último dos cientistas era a formulação de um conhecimento em si, cuja aplicação fugia ao domínio do pesquisador.

É bem verdade, entretanto, que nem tudo se passa como esperado e que a singularidade do episódio da Hiléia Amazônica reside justamente em sua irrealização, em sua impossibilidade de ser levado adiante. Impugnado pelo governo brasileiro, o projeto do instituto foi a pique antes mesmo de deixar a virtualidade da existência ideal. Rejeitada no Congresso e criticada pela imprensa, a ratificação da Conferência de Iquitos é apresentada ora como

tentativa de golpe do Itamaraty, ora como tentativa de colonização estrangeira de uma Amazônia que era, acima de tudo, território nacional. Segundo Augusto Meira, estava-se diante de um instituto que "*uma vez admitido, escapará à vigilância e ao domínio das leis nacionais brasileiras.*" (A HILÉIA AMAZÔNICA, 1949, 15 maio).

Com efeito, se no âmbito restrito aos criadores do projeto a ciência punha-se como objeto de lisura inquestionável, fora da Unesco o imperialismo parecia se disfarçar sob as mais diferentes formas. Fosse nos círculos militares, fosse nos círculos políticos, o Instituto da Hiléia Amazônica era visto, no mais das vezes, como ameaça à unidade nacional e à riqueza que se poderia vir a extrair do território-potência.

Tratava-se, portanto, de um entrecruzamento de distintos sistemas interpretativos que divergiam quanto ao próprio conceito de ciência, quanto à forma de colonização da Amazônia, quanto à possibilidade de conhecimento da região ou quanto à origem da iniciativa de modernização do território. Seja como for, reduzo a apreensão deste denso objeto a um recorte e passo a tratar da análise de dados coletados na imprensa da época – mais especificamente no Correio da Manhã, de janeiro de 1946 a dezembro de 1951, e na Revista do Clube Militar, de 1946 a 1950.

Ainda a esse respeito, vale chamar atenção para a especificidade destes periódicos. O Correio da Manhã, fundado em 1901 e dirigido nos anos 40 por Paulo Bittencourt, é uma publicação diária, de ampla repercussão no Rio de Janeiro, constituindo-se como um dos principais jornais cariocas naqueles anos. Caracterizado pela combatividade de suas opiniões, o Correio da Manhã teve, em muitos momentos, importante papel nas decisões políticas do Brasil. Em suas páginas era amplo o espaço dedicado às opiniões de colunistas e personalidades do país. Assim, na primeira parte deste artigo, valho-me, sobretudo, deste primeiro periódico, em que as ordens de

discurso fogem de um meio eminentemente excludente e emitem aquilo que se poderia chamar de um discurso tipicamente jornalístico, capaz de, pelo menos em princípio, formar e captar as mais diversas correntes de pensamento da opinião pública. Trata-se, de todo modo, de uma publicação que se põe como meio de comunicação numa cultura de massas, homogeneizando experiências por imagens que se reproduzem e são divulgadas num ritmo nunca antes experimentado (BERNJAMIN, 2000). Para muitos teóricos da comunicação, o rádio, a televisão e a imprensa seriam responsáveis por processos de estandartização da opinião pública moderna, sempre idêntica a si mesma (ADORNO, 1998). Contudo, a recepção nem sempre se dá de modo unívoco (VILLAS BÔAS, 1995) e, mesmo num único periódico como o Correio da Manhã, múltiplas são as posições dos colunistas e múltiplos são os conceitos e as categorias acionados para justificá-las.

Já na segunda parte deste artigo, debruço-me sobre a Revista do Clube Militar, fundada em 1926; restrita ao círculo de seus associados, o periódico é representativo de um grupo cuja opinião exprime-se de forma bem mais unívoca. Com efeito, orientadas sempre pelas idéias de pátria, soberania e território, as opiniões desse periódico são expressão dos conceitos que marcam a prática do ofício do militar no Brasil, apresentando, em oposição ao Correio da Manhã, opiniões muito mais homogêneas.

Vale dizer, ainda, que tomo os atores como interlocutores de discussão, de forma que seja possível apreender deste campo jornalístico as inúmeras formas pelas quais as racionalidades envolvidas manifestam-se. Tomando a realidade social como realidade simbólica, nivelo as diferenças entre fala e escrita, entre gesto e palavra, e parto do acontecimento fixado no tempo pela escritura como expressão de relações concretas no espaço social. A partir de uma sociologia hermenêutica procuro, então, reconstruir as relações estabelecidas entre atores sociais ou autores de sistemas simbólicos. Deparo-me aqui com relações de subjetividades que

constróem saberes e fazeres a respeito da Amazônia e do Brasil, e que, antes de tudo, constróem *conceitos-para*, levando em consideração todo um horizonte irrestrito de possibilidades, toda uma expectativa futura sobre a região.

É bem verdade, portanto, que não me proponho a reconstruir toda a rede de relações causais que possibilitaram a gênese e a morte do Instituto, antes, proponho-me a entender de que forma os discursos articulam-se em constelações de relações hermenêuticas, tendo como horizonte de entendimento a impossibilidade de concretização de um instituto internacional de pesquisas amazônicas. Assim, o que me proponho a fazer é entender, de um ponto de vista sociológico, as diferentes racionalidades que constróem inúmeras possibilidades de mudança; discursos que edificam o novo, não só em relação ao que seria anterior, mas também ao que lhe é concomitante. Tomo-os como discursos que supõe diferentes modernidades e apropriam-se dos mais diversos campos de conhecimento para construir, para além do dado, diferentes formas de saber e saber fazer.

Com efeito, não trato aqui de mudanças acontecidas, mas de propostas do novo e de conceitos de modernidade. Busco pensar o Brasil que se deseja neste momento, de tal modo que a questão que finalmente me coloco é, *saber que conceitos de modernização da Amazônia são construídos pelo discurso do Correio da Manhã e da Revista do Clube Militar e de que forma esses conceitos estão articulados às diferentes tomadas de posição face ao Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.*

Para dar início a esta primeira parte de meu trabalho, é preciso, antes de tudo, que se leve em consideração o fato de que lidamos aqui com artigos que, de uma forma ou de outra, apresentam conceitos de uma *Amazônia moderna*. Seja por meio de uma normatividade deliberada que se presta à construção de um *dever-ser* amazônico, seja por meio de discursos descritivos que se debruçam sobre um saber que é, sem dúvida, *saber-para*, seja como for, a questão

fundamental é que estamos diante de atos de fala e escrita que discutem os limites e potencialidades de uma modernidade brasileira.

Sabendo que nos deparamos, então, com discursos que lidam com um *dever-ser*, tratamos de proposições que, olhando adiante, supõem a modernização como caminho para alcançar o ideal. Um ideal que não se restringe ao transcendente e ao imaginário, mas que concebe o utópico como horizonte capaz de orientar a ação presente, como destino de que se quer apropriar.

Nesse caso, o futuro é moderno e os atores sociais defrontam-se com a possibilidade de um tempo que se abre ao *dever* e que toma o presente como interregno entre um "antes", já visto e já vivido, e um "depois", aberto às possibilidades da ação imediata. Torna-se, então, necessário pensar um mundo da vida que é passível de mudança, espaço do fazer histórico, *locus* da intervenção planejada. O futuro torna-se utopia.

Seja como for, no campo do fazer político, no campo daqueles que exprimem e conformam a opinião pública, o futuro a ser construído é vazio. Trata-se, com efeito, de pensar cada ato de fala, cada ação concreta, como gesto que se abre à potencialidade do *dever*, como projeção de uma razão que ocupa o mundo, que está no mundo e intervém sobre ele, tornando possível pensar a vida como "*futuro-passado*" (KOSELLECK, 1993).

"Deus não nos deu país fácil. Possuímos, ao contrário, uma terra difícil, cheia de problemas, de incógnitas, de mistérios. Mas há, para a nação brasileira, o que falta a tantos outros países deste mundo – a possibilidade de um destino. Apesar dos obstáculos sem conta, de uma natureza difícil e erizada excessiva mesmo; apesar de uma realidade geográfica incorreta, de numerosos aspectos negativos; órfãos de toda unidade como o somos, podemos estar certos, no entanto, de que temos um destino – de que somos nós também substância de um império. Se acertarmos com o nosso caminho a libertação virá: a libertação de tantos brasileiros sujeitos ao cativo, à miséria, a uma existência indigna da própria condição humana." (SCHMIDT, 1951, 17 fev.).

Diante deste trecho, é preciso que se diga que se começo minha análise na companhia de Augusto Frederico Schmidt é porque em suas linhas torna-se possível entrever um olhar para o futuro que se abre à mudança, que toma o país como objeto de intervenção deliberada. Independente das concepções de nacionalidade que se tenha em mente no momento de construção de um falar sobre o Instituto, há uma idéia de tempo que passa, antes de tudo, por um presente que é agir histórico, que é agir para mudar, propor e intervir.

Assim, sejam quais forem as concepções de nação, as formas de pensar o encadeamento do tempo, de construir uma idéia de processo ou de ruptura, de continuidade ou descontinuidade, sejam quais forem as conjecturas a respeito das possibilidades de concretização do moderno, sejam quais forem os próprios conceitos de moderno, enfim, as variações sobre o tema, a questão que dá a unidade dos discursos é essa idéia de tempo passível de intervenção, de um tempo que, em hipótese alguma, faz-se em eterno retorno, ainda que, no mais das vezes, queira-se mudança planejada, previsível e circularmente idêntica a si mesma. Trata-se de um tempo que não é continuidade do anterior, que não se quer tradição, mas que, ao contrário, só se pode pensar como ruptura, como possibilidade de um devir distinto do aqui e agora.

De fato, embora lidemos com uma constelação de atos de fala que primam pela mudança e detêm-se sobre os limites e potencialidades da modernidade brasileira, não se trata de partir de um conceito dado de moderno e tomá-lo, *a priori*, como racionalização de relações sociais, como quer Weber, como monopolização da violência pelo Estado nos termos de ócio e consumo conspícuo, em Veblen, ou de auto-controle, em Elias. Trata-se, antes, de uma construção de moderno que ocorre ao futuro e conforma a tomada de consciência de um presente, que é aqui fazer histórico. Trata-se, portanto, de criar um moderno que é abrir-se às infinitas virtualidades de um vazio a ser construído.

Em uma palavra, o que dá unidade a estes discursos é justamente o falar sobre a mudança e o pensar sobre a modernidade no Brasil.

A questão, então, é que se a unidade reside na idéia de um processo de modernização, resta assinalar que concepções de modernidade estão aqui envolvidas. Para responder a esta questão, escolho, dos artigos do Correio da Manhã, três interlocutores que, assinando colunas mais ou menos fixas, tornam possível reconstruir opiniões autorais sobre a criação do Instituto. São eles Antônio Callado, Pimentel Gomes e Gyl Seara. Antônio Callado, à época ainda jovem jornalista, é enviado especial do Correio da Manhã à Amazônia, tendo suas opiniões a respeito do Instituto baseadas nas experiências de viagem. Pimentel Gomes, por sua vez, ligado ao Ministério da Agricultura, tem sua perspectiva claramente associada ao aproveitamento da Amazônia para fins de exploração econômica. A respeito de Gyl Seara, o mais inacessível dos três colunistas, pode-se dizer que não foram encontrados dados acerca de sua inserção profissional ou de sua trajetória de vida, de modo que sobre ele pode-se dizer apenas que assinava colunas acerca do aproveitamento econômico das diversas regiões do país. Contudo, embora seja o mais anônimo dos autores aqui selecionados, é possível traçar uma opinião coerente sobre a Amazônia e o Instituto da Hiléia Amazônica, de modo que é a seu lado que dou início à análise da documentação. Diz Gyl Seara:

"Tudo mais acentua a disparidade imensa entre a grandeza avassaladora do âmbito natural imensurável e a pobreza extrema dos homens que nela vegetam desorganizados, esmagados pelo esplendor e a opulência do meio geográfico e suas riquezas." (apud SEARA, 1949, 7 dez.)

Opostos à "natureza imensurável", os homens aqui "vegetam desorganizados". Relegados à impossibilidade de ação, fadados às marés do acaso, são incapazes de aproveitar as riquezas que o meio geográfico oferece e vivem imersos na

pobreza extrema. Nivelando homem e natureza, Gyl Seara procura na ruptura com o meio a possibilidade de superação do primitivo. Com efeito, é o emprego de um verbo passível de igualar homem e meio – e remeter a um estado “primitivo” do âmbito do estático, do idêntico a si mesmo, da inação – que torna possível entrever uma humanidade cuja especificidade reside justamente na distinção do dado. Ser verdadeiramente humano é deixar para trás o estado de natureza. Se o “vegetar” é empregado no tom pejorativo da desorganização, é bem verdade que, por oposição, é a “ordem” que, para o autor, torna possível o caminho sem volta em direção a um mundo da vida moderna:

“Nesta [na região amazônica] os contrastes são muitos, cada qual mais chocante. Nenhum subleva, porém, o formado pela sua opulência em potencial, à espera de ação que lhe dê impulso ao desenvolvimento, isto de um lado, e de outro a mentalidade das suas classes dirigentes.

Entre as duas extremidades desse contraste, vive uma população de 2 milhões de seres humanos a debater-se em extrema e pungente miséria, debater-se em tudo, como por tudo.” (apud SEARA, 1949, 7 dez.).

Descrevendo uma população “à espera” de uma “ação que lhe dê impulso ao desenvolvimento”, Gyl Seara transforma a Amazônia em objeto da ação humana, de uma ação voltada para o futuro, de uma ação que, visando ao desenvolvimento, precisa ser planejada. A ordem coloca-se, então, como resultado de uma razão centrada na prática. Vindo das classes dominantes, impondo-se de cima para baixo, a ordem permite a emancipação da previsibilidade. O autor refere-se aqui a uma organização que dá cabo da luta de todos contra todos, que “se debatem em tudo e por tudo”. Ao delegar às “classes dirigentes” o papel de dar o impulso inicial para a ordem, Gyl Seara constrói uma especificidade moderna que passa pelo Estado, que agindo racionalmente, torna viável pensar a modernidade como advento da liberdade hobbesiana.

A modernidade reside, então, na possibilidade da ordem, na possibilidade de uma ordem política que se impõe normativamente, mas que, compartilhada por todas as consciências, de modo racional – inclusive por uma razão de Estado legítima – torna possível o advento da liberdade. Para Gyl Seara, a razão só se torna unívoca se entendida como pacto social, como razão nacional.

Sabendo, contudo, que lidamos aqui com a criação de um instituto de pesquisas científicas, coloco em questão, a partir de agora, breve debate a respeito da relação *conhecimento/ação* racional, para que seja possível entender de que forma Gyl Seara encara o papel do saber na vida cotidiana.

“Quando o petróleo amazônico emergir do solo da planície ou dele for bombeado, a mostrar com absoluta certeza a presença na mesma, haverá o Brasil conquistado o seu lugar entre as maiores nações da Terra, e a desprezada Amazônia, por sua vez, enriquecida pela conjunção dos seus produtos agropecuários, de suas várzeas fertilizadas pelo extravasamento das águas de seus rios, pela exploração sistemática de suas florestas sem fim, pelos tesouros enterrados em seu subsolo, se tornará em fonte da maior prosperidade para o Brasil, saiba este fomentá-lo antes que outros isso façam. (...)” (SEARA, 1950, 7 jan. grifo do autor).

Para Gyl Seara, conhecer não é construção abstrata de um mundo da vida previsível, de repetição e eterno retorno, mas é, antes, a unicidade do momento de descoberta. Não se trata de pensar a ciência como cálculo racional, mas como meio em si de, fazendo jorrar, do subsolo amazônico, o ouro negro do progresso nacional, colocar o Brasil “entre as maiores nações da Terra”.

Nesse caso, toma-se o conhecimento como desvelar do mundo, como descoberta única do dado. Não se trata, de olhando mais do alto ou por mais tempo, descobrir os processos que se escondem sob a superficialidade dos sentidos, mas de ser capaz de encontrar pela primeira e única vez aquilo que, estando na natureza, pode ter aplicação prática. Trata-se, com efeito, de uma concepção que toma a relação



cognitiva como o único acontecer da descoberta. A ciência coloca-se, neste sentido, como processo contínuo de desvelar novos objetos. Recorrendo a uma razão homogeneizadora, que tudo objetiva e em tudo penetra, tornamo-nos capazes de encontrar no objeto um "novo" que não se repete.

É bastante compreensível, portanto, que Gyl Seara valha-se de seu conceito de uma razão que é pacto social e razão nacional para temer a invasão da alteridade e grifar o trecho em que ressalta a necessidade de uma ação exclusivamente brasileira. Embora a ciência seja aqui desvelamento de riquezas, a idéia de um sistema ordenador que parta da razão de Estado toma como premissa uma nação que deve ser o agente portador do conhecimento, capaz de revelar sua riqueza e desenvolver-se.

Nesta medida, torna-se possível entender que, a despeito de um conceito de ciência que se coloca como riqueza potencial, alguns agentes do discurso oponham-se categoricamente à criação do Instituto.

Por sua vez, os artigos de Antônio Callado servem como contraponto do discurso nacionalista de Gyl Seara. Tomando os povos da Amazônia como "*nosso povo que tem até agora vegetado mornamente*" (CALLADO, 1949, 14 set.), Callado volta a acionar os termos de Gyl Seara para caracterizar uma modernidade que é, no entanto, *absolutamente distinta da anterior*.

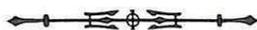
Repetidamente empregado em discursos sobre a Amazônia, o verbo vegetar coloca-se sempre como sintagma fora do lugar que acaba por, antiteticamente, nivelar homem e natureza, referindo-se a uma humanidade que não age, apenas sobrevive. Interessante, de fato, é a utilização desta palavra para designação do homem. Nada mais apropriado para um conceito de humanidade que se constrói em oposição ao meio e que, nivelando primitivo e natural, acaba construindo, como outro da natureza primitiva, um moderno que prima pelo novo, pelo que é criação, pelo que é nunca antes visto ou vivido.

Opondo dois diferentes tipos de humano, um que "vegeta" em meio à natureza e outro que "cria couves ao invés de mosquitos", a concepção de humano de Callado está necessariamente referida ao trabalho, à transformação pragmática da natureza. A objetivação do mundo passa, antes de tudo, pela manipulação, pela capacidade de reproduzir e recriar o dado.

"Visitamos alguns [hospitais do SESP] em nossa viagem Belém-Manaus e guardamos deles uma impressão de ladrilhos e de aventais brancos no barro do rio e no verde do mato denso, de instrumentos de precisão e tubos de ensaio na desordem primitiva de uma terra ainda em brutal adolescência." (CALLADO, 1949, 15 set.).

Sob a metáfora visual em que o humano moderno coloca-se como construção de hospitais e a natureza como desordem primitiva, respira a modernidade do signo de precisão, a impor sobre o meio uma ordem de constância e progresso. Não se trata, contudo, de, como em Gyl Seara, associar a desordem à população que "vegeta desorganizada", mas de colocar a ordem no âmbito do trabalho e a desordem no âmbito estrito de uma "terra ainda em brutal adolescência". A desordem, restrita ao natural, não se coloca como especificidade do homem primitivo, mas da natureza. A ordem não se impõe sobre os homens, mas sobre o meio. Ainda que nele os homens vegetem, não é a eles a que *deliberadamente se refere*.

A questão fundamental é ter em vista que o trabalho humano, seja ele moderno ou primitivo, coloca-se como ordem. Em oposição à natureza-desordem, o mundo da vida caminha num sentido evolucionário de progresso, passando da "terra adolescente" à maturidade adulta. Antônio Callado remonta, portanto, a um tipo de trabalho específico, capaz de não só modificar a natureza, mas de modificá-la de tal forma que fique nela marcado o símbolo do progresso. Neste sentido, a diacronia preenche-se com um sentido teleológico passível de ser medido justamente pelo afastamento do natural.



Se a natureza é desordem e se o humano é trabalho, o que faz com que o homem deixe de “vegetar mornamente” é a possibilidade de abandonar a curiosidade primitiva para, transformando vontade de saber em conhecimento, ser capaz de exercer uma ação calculada sobre o meio; uma ação que tende a amadurecer, deixando sobre a natureza a marca, cada vez mais profunda, do trabalho realizado.

“No entanto, a terra é difícil, não é má. Ela exige o homem mais forte do que ela, armado pelas conquistas da civilização, com sismógrafos e magnetômetros à mão – mas recompensa quando é tratada com os luxos do progresso e da ciência (Por isso é capital que o Congresso ratifique o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica).” (CALLADO, 1949, 16 set.).

Assim, em Callado, o trabalho só deixa de ser primitivo se tomado como dominação planejada do mundo da vida. Não se trata simplesmente de modificá-lo para suprir as necessidades primárias do homem, mas de tomar a ação como ação livre da sujeição da natureza. Ao contrário de Gyl Seara, Antônio Callado não toma o conhecimento como meio em si, mas como possibilidade de previsão, como desvelamento de processos que, em eterno retorno, tornam possível a escolha racional.

O conhecimento coloca-se, portanto, como desvelar de um idêntico a si mesmo que se esconde sob a aparente singularidade do objeto. É na generalização que reside a previsibilidade e a possibilidade de um conhecimento racional. O saber empírico coloca-se aqui como conhecer de um mundo que se repete *ad infinitum* e que se coloca como método de escolha do meio, não como meio em si.

A questão que se impõe, nesse caso, é, a saber, o fato de que o que está em jogo é um conhecimento que torna possível a ação sobre a natureza. Torna-se, assim, absolutamente necessário pensar numa ciência que permite alcançar avaliações práticas racionais e orientar uma ação que, embora calculada, não está desprovida de valores éticos e morais. Para Antônio Callado, o levantamento da região

amazônica “nos dará as armas com que conquistar para o Brasil essa terra que continua nossa graças ao heroísmo secular do caboclo que vive de açaí com farinha ou pirarucu seco” (CALLADO, 1949, 16 set.)

Nesta medida, a relação saber empírico/ação prática coloca-se como possibilidade de mapeamento. Uma vez conhecido o mundo da vida, uma vez transformada a natureza imprevisível em dado objetivado, a ciência experimental passa a se apresentar como cálculo sistemático a orientar as possibilidades de ação. Nesse caso, dados os fins previamente definidos e tomado o mundo da vida como sistema conhecido, a ciência torna-se capaz de criar todo um aparato instrumental homogêneo que se põe a serviço da realização de fins variáveis.

O ponto de partida reside, portanto, numa razão prática que centrada no conhecimento torna-se capaz de criar uma técnica homogênea de realização de fins previamente definidos. Neste sentido, embora nem os fins, nem a motivação ética de uso da técnica sejam determinados pela ciência, o conhecimento é de qualquer forma capaz de construir toda uma rede de meios que se põe a serviço de quem quer que seja. Independente do conhecimento que a gerou, a técnica é aqui tomada como meio em si mesmo. Meio fixo para realização de fins, a técnica coloca-se, em Callado, como *modus operandi* necessário, como melhor instrumento de realização dos resultados esperados. A ciência, assim como o Instituto da Hiléia Amazônica, é, para Antônio Callado, possibilidade de ação racional. Do mesmo modo, o conhecimento, como conhecimento produtor de técnica que se estende universalmente a todos, torna possível que se pense a Ciência como ordem supranacional independente do Leviatã hobbesiano e da razão de Estado de Gyl Seara.

“Uma hecatombe como essa não aconteceria se houvesse já montado e em plena atividade um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica a nos dar um mapa científico daquela mata inóspita. Mas deixar que cientistas estrangeiros estudem a nossa Amazônia? Bofe! jamais.

E a nossa tradição? Pois nos tempos coloniais não foi Humboldt proibido de andar por lá? Nada disto, tranquemos a Amazônia para o massacre de seringueiros nordestinos e para que continuemos a morrer de pirarucu seco o caboclo que por lá vegeta tristemente.” (CALLADO, 1949, 18 set.).

Nesse caso, se a técnica serve homogeneamente a todos que a ela têm acesso, resta a Antônio Callado a crença na cooperação internacional, a crença numa ordem que transcende o Estado-Nação e que, sendo capaz de controlar os interesses nacionais, torna viável uma convivência pacífica. Assim, ONU e Unesco impõem-se como possibilidade de regulação de relações que extrapolam o âmbito estatal e que podem ser, ainda assim, de mútuo interesse. Seja como for, trata-se de uma regulação que, sendo supranacional, é capaz de conformar uma ação nacional e local que se refira, antes de tudo, ao progresso do homem.

O que está aqui dito é que há um orgulho de ser nacional, mas um orgulho que não exclui a internacionalidade. Trata-se, antes, de um orgulho de fazer ver aos outros que não estamos no patamar do atraso, mas que nos aproximamos cada vez mais de uma ordem social pré-estabelecida. Estar inserido no concerto das nações é provar que, a despeito de uma tradição diferenciada, a despeito de uma brasilidade – e mesmo por causa dela – somos capazes de criar um Instituto que, para além do bem e do mal, enquadra-se nos cânones de desenvolvimento. Nesse caso, é justamente a possibilidade de intercâmbio que torna possível um desenvolvimento nacional que é, também, progresso universal.

Se para Antônio Callado e Gyl Seara a oposição entre natureza e humanidade é o que permite, ou não, conceber um instituto internacional de pesquisas científicas no Brasil, também para Pimentel Gomes são essas as primeiras categorias acionadas para entender a região e dar sentido à modernização que lá deveria ter lugar. Diz ele:

“Na Amazônia brasileira (...) está-se em pleno primitivismo econômico. É o saque da selva por populações de baixíssimo padrão de vida, as escassas exportações de produtos florestais (...) uma indústria madeireira incipiente, e ainda mais incipiente lavoura e pecuária que só ultimamente tomam diretrizes promissoras, justamente porque são as indicadas pela técnica. E, no entanto, não faltam possibilidades no setentrião brasileiro.” (GOMES, 1948, 03 jul.).

Pensando o “saque da selva” como ação que nada acrescenta ao já dado, que não é do âmbito do trabalho, que não é do âmbito do humano, e muito menos do moderno, Pimentel Gomes retoma aqui a idéia de um primitivismo que vegeta. Com efeito, é questão premente que o homem distinga-se do primitivo pela ruptura com uma natureza eternamente idêntica a si mesma, recusando o “saque da selva” que em nada altera o mundo. O trabalho só se torna humano, em Pimentel Gomes, se mediado por uma técnica capaz de penetrar e alterar o mundo objetivo.

A idéia de uma lavoura e de uma pecuária que só se tornam promissoras “porque são as indicadas pela técnica” pressupõe um *modus operandi* específico capaz de desenfeitiçar a natureza e lançar sobre ela a agitação criadora do homem. É a utilização da técnica como meio fixo de trabalho que se torna capaz de determinar o humano moderno para Pimentel Gomes.

Cabe dizer, no entanto, que, uma vez dada a técnica como meio fixo que independe de valores e crenças, a ação humana passa a estar sujeita à realização de interesses. Uma vez que a técnica fixa-se como único meio possível, o que resta ao homem são os desejos que a motivam. Assim, resta entender os fins como variáveis, como multiplicidade de interesses. Todavia, para que seja possível uma racionalidade previsível, passível de ser homogeneamente apreendida, resta entender os fins como interesses individuais, interesses que podem ser logicamente deduzidos e que orientam a ação prática.



"O fracassado Instituto da Hiléia mostrou claramente que num mundo de densidade demográfica excessiva, o vazio da Amazônia começa a despertar forte interesse internacional. (...)

Faz-se mister que ultimemos uma conquista iniciada e levada muito longe em épocas bem mais difíceis. Ou dedicamos mais atenção à Amazônia, ou aguçamos as ambições estrangeiras." (GOMES, 1951, 02 fev.)

A questão, nesse caso, é que se a técnica impõe-se como meio fixo, o interesse impõe-se como desejo que motiva a ação individual, uma ação que só se torna previsível se dentro da lógica de auto-preservação, que é a única garantia de liberdade de escolha. É na possibilidade de realização dos desejos que reside a utilidade da técnica.

"A séria crise que se têm abatido sobre a Amazônia indica, de maneira insofismável, as dificuldades de seu aproveitamento e que sua economia ainda não se estrutura em princípios técnicos. Aliás, durante décadas, a Amazônia buscou seu rumo sozinha, tateando quase às cegas, sem um plano definitivo, sem uma orientação segura, sem mesmo olhar o que se estava fazendo em ecologias semelhantes." (GOMES, 1948, 03 jul.)

Assim, a questão com que me deparo é a idéia de uma economia que "ainda não se estrutura em princípios técnicos". A ausência de um "plano definitivo" apresenta-se, portanto, como principal entrave ao desenvolvimento da região. Técnica e planejamento são, de novo, palavras-chave no léxico do período. Entretanto, ao lado da preocupação com o que falta à Amazônia, há neste trecho uma segunda questão fundamental. A solução das ausências retratada como necessidade de "olhar o que se estava fazendo em ecologias semelhantes" implica uma interpretação que aponta para o intercâmbio da ciência, para a troca com o outro. Contudo, não parece ser esta a idéia que permeia os artigos de Pimentel Gomes: olhar para o lado nem sempre implica deixar-se ser olhado.

"O Amazonas vale muito mais do que dizem os roneiros geógrafos de alguns países europeus. O interesse que certos povos estão mostrando por ela,

interesse que se revela por um número surpreendente de expedições que querem visitá-la demoradamente, mostra que está chegando a hora das regiões equatoriais." (GOMES, 1946, 22 dez.)

Com efeito, partindo da idéia de "interesse" em Pimentel Gomes, vale dizer que me deparo neste trecho com uma idéia de nação que se aproxima de Gyl Seara. Trata-se, é bem verdade, de tomar o Estado como *locus* da sociabilidade, como espaço da ação organizada. A competição extrapola o âmbito intraestatal para se estabelecer na esfera irregular de relações internacionais. O Instituto da Hiléia Amazônica deve, então, ser visto com absoluta desconfiança.

Assim, cada um a seu modo, os três autores do Correio da Manhã apresentam um projeto de modernização baseado num olhar para o futuro que espera, como resultado da ação prática, a utopia concretizada.

Passo, portanto, ao segundo momento da análise, no qual me debruço sobre nova fonte documental que, embora permaneça no âmbito dos periódicos publicados no período, afasta-se do material coletado no Correio da Manhã pela especificidade do grupo que representa. Com efeito, sabendo que analiso aqui as matérias divulgadas pela Revista do Clube Militar, vale dizer que penso suas publicações como contraponto à primeira parte deste trabalho.

Representando um grupo com posição definida, esse periódico oferece-se como lugar privilegiado de uma corporação absolutamente localizada. De fato, ainda que não acredite numa homogeneidade absoluta dentro dos círculos militares deste período, fato é que a expressão da opinião publicada e publicizada dá-se, nesse caso, sempre como opinião coesa que é definida sob o rótulo do Clube Militar.

Neste sentido, se na primeira parte deste trabalho mantive a unidade autoral como foco de perspectiva de análise do discurso, lidando com indivíduos localizados no tempo, neste segundo momento, privilegio o recorte do grupo como *locus* de

expressão da opinião, de divulgação dos conceitos e das tomadas de posição em face do Instituto.

Assim, coloco em discussão os artigos sobre "Tipos e Aspectos do Brasil", notadamente sobre a Amazônia, e os pareceres da Comissão de Segurança Nacional à Câmara dos Deputados e do Instituto Brasileiro de Geopolítica, parcialmente publicados pela revista. Assinados, respectivamente, por José Veríssimo da Costa Pereira, Arthur Bernardes, Major Brigadeiro Lysias Rodrigues, Coronel Leopoldo Néry da Fonseca e Capitão Dr. Tito Ascory de Oliva Maya, esses artigos aparecerão aqui nivelados sob o âmbito unificador da Revista do Clube Militar.

Em relação dialógica com o âmbito mais restrito das tomadas de decisão e com os meios de comunicação que "desempenham um papel fundamental tanto influenciando quanto refletindo a opinião pública" (MALONE *et al.* 2000), a Revista do Clube Militar é, antes de tudo, lugar de circulação das idéias de um grupo muito bem definido. Diz o Parecer do Instituto Brasileiro de Geopolítica:

"Dadas as tendências ideológicas, nem sempre adequadas, que visam fundamentar as soluções dos modernos problemas sociais – é desaconselhado, que assuntos de magna gravidade, de modo sub-reptício, no intuito de forçar uma solução que não poderia ter nascido por processo natural, como fez o representante do Brasil na Unesco."

Em face do trecho escolhido, a questão que se impõem imediatamente é, a saber, a inadequação das "tendências ideológicas" que fundamentariam as "soluções dos modernos problemas sociais". Embora não estejam aqui explicitados, vale dizer que, tomados como "modernos", os problemas apresentam-se como fins universais homoganeamente almejados, cujos meios, no entanto, variáveis estão articulados à esfera da ideologia, dos valores e da moral. Com efeito, dado que as soluções dos "modernos problemas sociais" apresentam-se aqui como fim unívoco inquestionável e dado que os meios são aqui sujeitos a "tendências ideológicas nem sempre

adequadas", vale dizer que a ação aparece como adequação dos fins a meios que variam com referência a valores.

Do mesmo modo, a idéia de "inadequação" implica que se tome um único sistema ideológico como o mais verdadeiro, o mais eficaz, enfim, o melhor. Embora não descartem a racionalidade de outras tomadas de posição nem desqualifiquem o projeto do IHA como irracional e apaixonado, os militares do Instituto de Geopolítica questionam a competência específica dos homens que buscam atender ao interesse nacional.

"Os cientistas, quando deixam o seu domínio próprio, quando pretendem doutrinar sobre assuntos que estão fora de seu cosmos, são freqüentemente vítimas de ilusões fatais que os tornam sumamente ridículos, e é por isso que devemos aceitar dogmaticamente os dados publicados nos Anuários dos Observatórios Astronômicos e olhar de soslaio para as teorias do universo construídos por especialistas em raios cósmicos ou em moneras."
(Parecer do Instituto de Geopolítica).

Acreditando, portanto, que a definição do Interesse Nacional é da competência dos especialistas em Geopolítica nos departamentos militares, os artigos publicados na Revista do Clube Militar tomam para si a responsabilidade de definir o destino da Nação e de julgar o desfecho mais apropriado para o episódio da Hiléia Amazônica. Não se trata de pensar que a ciência teria interesses escusos sobre o território, mas trata-se, antes, de acreditar que se deve dar aos cientistas o que é da ciência e aos militares o que é do Estado.

Assim, a solução dos "modernos problemas sociais" passa por uma adequação de meios afins que atendam, da única maneira possível, os interesses do Estado. Antes, porém, de chegar a entender que problemas seriam esses e o que seria, afinal de contas, o Interesse Nacional, vale recuperar a discussão anterior, definindo o que, para os autores do Correio da Manhã, se poderia tomar como fins consensuais.

Retomando então as questões sobre as quais me debrucei desde o início desta pesquisa, deparo-me



com distintos – e mesmo divergentes – conceitos de primitivo e moderno. Se, em todo caso, ressalto a diferenciação, gostaria, contudo, de fazer notar os pontos de convergência que, de fato, apenas permearam a análise anterior.

Nesse caso, se para Gyl Seara o projeto de modernização amazônica pode ser tomado como apropriação impositiva de um território que se coloca como potência a ser desvelada pela ciência e conquistada pela nação, trata-se, é bem verdade, de levar a ordem a uma população que vegeta desorganizada e tornar possível a construção de um “processo civilizador” no meio natural.

Por outro lado, para Antônio Callado, a modernização apresenta-se como transformação da natureza pelo trabalho, por um trabalho que se volta à ponderação dos meios previsíveis. Torna-se possível uma ação emancipadora que toma o conhecimento como chave universal de uma ação capaz de se distinguir da natureza pela constância e pela liberdade em relação ao inusitado dos movimentos de um meio primitivo e imprevisível.

Pimentel Gomes, por sua vez, toma o projeto de colonização da Amazônia como intervenção planejada que se faz, sobretudo, por uma técnica unívoca, por um *modus operandi* capaz de penetrar homogênea e universalmente no meio circundante. Dados os meios como técnicas fixas de penetração, a escolha torna-se limitada e a possibilidade de estar livre das determinações, *a priori*, reside numa ação que se faz mediada sempre e, necessariamente, por desejos e interesses individuais. Tomada a nação como célula da ação internacional, a Ciência coloca-se aqui como meio com relação a fins nacionais.

Pode-se, então, dizer que a unidade dos discursos reside não só num conceito de tempo que está permanentemente referido ao horizonte utópico do futuro, como também numa modernização da Amazônia que é sempre um fim referido a determinados meios. Trata-se de uma série de projetos que pressupõem a ação sobre a natureza e

são sempre um pensar a modernidade como futuro planejado, como horizonte da ação presente.

Assim, “os modernos problemas sociais” poderiam ser resumidos esquematicamente como solução do processo de modernização da Amazônia. Penetração na natureza, modificação do meio pelo homem, ordem e civilização, a modernização aparece sempre como possibilidade de mudança num meio eterno e imutável. Contudo, embora sejam estes os problemas revelados pela análise do material colhido no Correio da Manhã, não são estas realmente as questões que, pelo parecer do Instituto de Geopolítica, devam ser universalmente solucionadas.

“A defesa nacional domina todos os outros interesses nacionais.” ‘Sobre aqueles que a ela resistem, recaem os mais pesados opróbrios, e aqueles que a falseiam são marcados com o mais alto dos crimes, a traição.’

Fauchille considera a defesa nacional como o ‘direito primário da existência’, e o Almirante Mahan afirma que ‘a primeira lei do Estado, como a do homem, é a auto-preservação.’” (Parecer do Instituto Brasileiro de Geopolítica).

Sendo a defesa nacional o interesse mais fundamental do Estado, a idéia de modernização da Amazônia apresenta-se aqui como interesse secundário à ocupação e manutenção do território. O fim privilegiado acaba sendo sempre a manutenção da soberania do Estado. Com efeito, o problema da modernização aparece revestido do problema do Estado moderno. Não se trata de modernização das relações sociais, imposição da ordem em meio à inação desordenada ou racionalização da produção capitalista, trata-se, antes, de uma modernidade que é ocupação e colonização pelo Estado.

Torna-se, portanto, necessário escolher o fim mais adequado e não permitir que a solução de outros problemas acarrete a destruição do objetivo mais fundamental. Nesse caso, supõe-se, além de meios referidos a um fim determinado – a defesa do território –, todo um espectro de problemas secundários que é permeado pela idéia mais premente de que a soberania não deve ser abalada.

“Esta aspiração à soberania por parte do Estado é, na realidade, uma aspiração às faculdades exclusivas de controle dentro de seu próprio território e a completa independência em seu trato com os outros Estados. Todos os Estados reconhecidos como civilizados possuem esta soberania como um direito, podendo perder uma parte dela somente por seu próprio consentimento. Entretanto, é um ponto a discutir, se eles podem renunciar a uma parte desse direito sem perder seu caráter essencial de Estado. (...)” (C.D.H. Cole and M. Cole – Citação do Parecer do Instituto de Geopolítica apud FONSECA, 1950)

Posta como interesse nacional privilegiado, como fim último da ação estatal, a soberania do Estado é apresentada como autonomia e independência que devem ser preservadas a todo custo. Dado que é direito do Estado civilizado exercer o domínio sobre seu território, resta à nação brasileira moderna garantir a permanência de sua civilização nos mais recônditos extremos da Amazônia. Ser moderno é garantir ao Estado as possibilidades de permanência e desenvolvimento da civilização, é garantir que em seu território a nacionalidade seja homogênea e a ordem seja obedecida. Qualquer que seja o projeto de modernização, é estritamente necessário que ele passe pela colonização do território, por uma ocupação que seja, antes de tudo, feita por brasileiros. Diz José Veríssimo da Costa Pereira sobre os seringueiros da Amazônia:

“Enfrentando clima hostil, ‘amansando o deserto’, no dizer de Euclides, humanizando a paisagem, os intrépidos seringueiros, além de concorrer para o povoamento e desenvolvimento da Amazônia, realizaram o prodígio da incorporação do Acre ao patrimônio da nação.”

Os seringueiros seriam, então, não apenas responsáveis pela ocupação do território, mas por uma incorporação da terra que passa pela Nação. O que está em jogo não é a possibilidade da própria vida humana no meio amazônico, mas um processo de ocupação e povoamento de um lugar que, a despeito das populações nativas, agora deixa de ser deserto, vazio demográfico e território neutro para ser patrimônio brasileiro. Pouco importa a vida que

se leva no lugar, desde que seja vida de gente que se reconhece na identidade nacional.

Com efeito, é paradigmático que este artigo seja publicado numa seção que se denomina “Tipos e Aspectos do Brasil”. Tomando a nação no plural, reconhecendo a variedade de modo inclusivo, a coluna reconhece a civilização nacional como “cadinho de raças e culturas”, tornando brasileiros todos aqueles que se identifiquem com uma língua, uma cultura, uma sociedade nacionais. Longe de serem os homens que vegetam de Gyl Seara e Antônio Callado, os seringueiros são aqui heróis desbravadores da civilização brasileira.

“Desde a época das bandeiras, que, paulatinamente, penetramos, devassamos e cultivamos o interior do Brasil, e para não citar mais exemplos basta o do Oeste de São Paulo, cujo progresso surgido destes últimos cinquenta anos não teme comparação com qualquer outra civilização. (...)”

Tudo isso foi feito, principalmente, por brasileiros empreendedores, como agrônomos, engenheiros e outros profissionais saídos e nossas escolas; não tivemos necessidade de empenhar a soberania nacional para conseguir essa vitória brilhante que é o Brasil de hoje.”
(Parecer do Instituto de Geopolítica apud FONSECA, 1950)

Progresso e ocupação aparecem, portanto, lado a lado; modernidade que não poderia vir senão como resultado de civilização, como consequência necessária de uma brasilidade que ocupa o meio. Não se trata de pensar a modernização como processo de racionalização, mas como resultado natural de uma política que toma o território como interesse mais fundamental da nação. O planejamento e a ação com vistas ao futuro utópico aparecem aqui revestidos da idéia de ocupação e penetração do território. O problema não é a natureza, mas o imperialismo, o Estado outro, a ameaça à autonomia.

“O imperialismo político está substituído pelo imperialismo econômico. As nações expansionistas viram que o domínio sobre os povos de outra raça, outra língua, outra religião e outros costumes é odioso e desperta o orgulho pela pátria, gera o nacionalismo e

incita os ânimos à revolta e às reivindicações de liberdade. A experiência ensina aos povos fortes um outro caminho que os leva, sem aqueles inconvenientes, à mesma finalidade: é o da dominação econômica, que prescinde do ataque, de frente, à soberania política. Esse é o perigo que cumprir evitar. Os fortes passaram, então, a apossar-se das riquezas econômicas, sobretudo naturais, dos povos fracos, reduzindo-os à impotência e, pois, à submissão política." (Parecer de Arthur Bernardes à Câmara dos Deputados apud FONSECA, 1950)

Se para Gyl Seara, Antônio Callado e Pimentel Gomes, a inação e a impotência pertencem ao caboclo destituído dos meios mais eficazes de ação sobre a natureza, para Arthur Bernardes a inação pertence ao âmbito da política estatal, da impossibilidade de exercício da soberania plena, da incapacidade de controle sobre o território.

A Amazônia, como território brasileiro soberano, seria não só parte do Estado Nacional, mas também lugar de riquezas naturais capaz, então, de permitir ao país uma autonomia tanto política quanto econômica. Deixar que o Instituto funcionasse como autarquia seria abrir espaço para uma exploração internacional, que não garantiria o desenvolvimento da nação e a liberdade do Estado. O governo, como lugar privilegiado da ação racional, seria o responsável pela gestão das riquezas e pela administração do interesse nacional, tendo em vista a defesa do território.

"Temos sofrido fabulosos prejuízos com a concorrência estrangeira que de séculos vem estudando e sugando nossas fontes de riqueza, como demonstra o caso das plantações de seringueira no Extremo Oriente e na Libéria. Isso foi feito sem o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e pior seria ainda com o Instituto a fornecer RELATORIOS CIENTIFICOS a quem bem entender." (Parecer do Instituto de Geopolítica apud FONSECA, 1950)

Tomada a Amazônia como território de riquezas naturais, a ciência apresenta-se como instrumento capaz de revelar segredos escondidos na densa selva tropical. Sabendo que lidamos com um conceito de

interesse que toma o Estado como sujeito da ação, também o instituto deve ser nacional. Os cientistas devem ser membros da civilização brasileira, cidadãos que partilham de uma mesma identidade.

"Há muito tempo que nós, brasileiros, estudamos e pesquisamos as nossas riquezas naturais, procurando desenvolver o precioso patrimônio contido nas lindes do Brasil e para isso nunca tivemos necessidade de empreitar cientistas duvidosos cavalgados por homens de negócios munidos de vantagens que só concedemos aos agentes diplomáticos." (Parecer do Instituto de Geopolítica apud FONSECA, 1950)

De fato, sabendo que a manutenção da soberania é o fim que perpassa todo interesse nacional e que sua preservação depende do controle e da vigilância sobre o território, o fato é que qualquer processo de colonização e ocupação da Amazônia deve ser realizado pelo Brasil. Se os seringueiros são os heróis que, penetrando cada vez mais profundamente no território, foram capazes de anexar, para a civilização nacional, o estado do Acre, a construção de um Instituto de pesquisas amazônicas deve também ser fundado por brasileiros que, administrando a terra, sejam capazes de gerar riquezas para a Nação.

Composto de brasileiros, o Instituto não mais representaria ameaça à nação, mas, ao contrário, possibilidade de crescimento. A ciência traz, de fato, em germe, as possibilidades do progresso, as possibilidades de "penetrar, devassar e cultivar o interior do Brasil", trazendo para a pátria a "vitória brilhante que é o Brasil de hoje". Se o fim último das nações é a manutenção e expansão de seu domínio de soberania, a ciência e o instituto aparecem aqui como meios de colonização do território; colonização que não deve ser realizada por ninguém, senão o Brasil e os brasileiros. É realmente paradigmático que a conclusão do Parecer do Instituto de Geopolítica indique, como compensação para o fracasso do Instituto da Hiléia Amazônica, a criação de um outro instituto que, dentro dos limites da Nação, será capaz de ocupar e colonizar o território sem que a soberania da nação seja ameaçada.

"Somos do parecer que:

a) A convenção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica deve ser rejeitada 'in-limine', como prejudicial aos altos INTERESSES NACIONAIS, que constituem a diretriz indiscutida da nossa geopolítica.

b) - Que em compensação sena aconselhada a organização de um Instituto Nacional da Hiléia Amazônica, fazendo parte integrante do Plano de Valorização do Amazonas, na qual ficasse estabelecida, ao par dos melhoramentos necessários aos cursos d'água navegáveis, a construção das rodovias Cuiabá - Porto Velho, Aragarças - Manaus, Fortaleza a Belém, Macapá - Clevelândia - Oiapoque e Manaus - Caraçai - Boa Vista." (Parecer do Instituto de Geopolítica apud FONSECA, 1950)

Está aqui oficialmente anunciada a proposta que sairia do papel para criar o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas). Embora nos moldes do IIHA, este novo Instituto muda, a partir de agora, o foco dos interesses. O que deveria ser cooperação internacional, visando à paz num período de pós-guerra, torna-se exercício da nacionalidade, ocupação do território para garantia dos mais "altos interesses nacionais".

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. 2001. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- ADORNO, T. 1998. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Editora Ática.
- BENJAMÍN, W. 2000. L'Oeuvre d'Art à l'époque de sa reproductibilité technique. In: *Oeuvre III*. Paris: Gallimard.
- BERNARDES, A. 1950. A Questão da Hiléia Amazônica. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, p.129. abr./Maio/jun. Seção Brasileira.
- CALLADO, A. 1949. Aquêl mundo e esta nebulosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18/09/49, 1º caderno, p. 2.
- CALLADO, A. 1949. Ilhas de Saúde na Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15/09/49, 1º caderno, p. 2.
- CALLADO, A. 1949. Caboclos errantes e navios vazios. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/09/49, 1º caderno, p. 2.
- CALLADO, A. 1949. Petróleo Marajoara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16/09/49, 1º caderno, p. 2.
- CALLADO, A. 1949. Diálogo da Hiléia Amazônica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14/09/49, 1º caderno, p. 2.
- DOMÍNGUES, H; PETITJEAN, P. 2000. A redescoberta da Amazônia num projeto da UNESCO: O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. In: ESTUDOS Históricas (2000 - 26). [S.l.:s.n.].

DOMÍNGUES, H; PETITJEAN, P. 2001. A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a Antropologia no final dos anos 40. In: CONHECIMENTO e Fronteira: história da Ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 83-109.

ELIAS, N. 1997. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

FONSECA, L. N. et al. 1950. A Questão da Hiléia Amazônica. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, p. 61. Set. Seção Brasileira.

FONSECA, L. N. et al. 1950. Parecer do Instituto de Geopolítica. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, set.

GOMES, P. 1946. A Amazônia e seus problemas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22/12/46, 1º caderno, p. 4.

GOMES, P. 1948. A Amazônia em Teresópolis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15/08/48, 1º caderno, p. 4.

GOMES, P. 1948. Problemas Amazônicos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03/07/48, 1º caderno, p. 4.

GOMES, P. 1949. Solo e Florestas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16/02/49, 1º caderno, p. 4.

GOMES, P. 1946. A Amazônia e a Crise. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19/04/46, 1º caderno, p. 4.

GOMES, P. 1951. A Conquista da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02/02/1951, 1º caderno, p. 4

KOSELLECK, R. 1999. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Eduerj, Contraponto.

KOSELLECK, R. 1993. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Editora Paidós Ibérica.

MALONE, R. et al. 2000. Science in the news: Journalists' Constructions of Passive Smoking as a Social Problem. *Social Studies of Science*, Londres, out.

PEREIRA, J. V. C. 1950. Seringueiros. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, p. 27, abr./maio/jun. Seção Tipos e Aspectos do Brasil.

SEARA, Gyl. 1950. Petróleo no Pará. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07/01/50, 1º caderno, p. 2.

SEARA, Gyl. 1949. Esplendor e Miséria da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07/12/49, 1º caderno, p. 2.

SCHMIDT, A. F. 1951. Temos um destino. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/02/51, 1º caderno, p. 2.

VEBLEN, T. 1983. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural.

VILLAS BÔAS, G. 1995. Recepção, Cultura e Público. In: VILLAS BÔAS, G.; GONÇALVES, M. A. (Org.). *O Brasil na Virada do Século: O debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

WEBER, M. 1995. Les Types de Domination. In: *ECONOMIE et Societé*. Paris: Librairie Plon.

WEBER, M. 1996. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix.

A HILÉIA Amazônica. 1949. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15/05/1949, Seção Tópicos e Notícias, p. 4.

Recebido: 31/03/2003

Aprovado: 07/04/2004

